

PLANO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE

LGBT

Lésbicas, gays, bissexuais, Travestis e Transexuais

TERESINA- PIAUÍ
JULHO/ 2016

PREFEITO DE TERESINA
Firmino da Silveira Soares Filho

SECRETÁRIA MUNICIPAL DO TRABALHO, CIDADANIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Francisco Carlos de Macedo Rocha

CHEFE DE GABINETE
Maria Excelsa Teixeira

ASSESSORIA TÉCNICA
Janaína Lucélia Oliveira de Carvalho
Marfisa Martins Mota de Moura

ASSESSORIA JURÍDICA
Euandro José Barbosa Melo Filho

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Flávio Marcos Moura e Silva

GERENTE DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Franciana Beleense de Sales Lopes

GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Lucélia de Oliveira Silva

GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
Iracilda Alves Braga

GERENTE DE PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA E BENEFÍCIOS
Luiza de Marilac Lima da Silva

GERENTE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
Mário Henrique de Carvalho Castelo Branco

GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO
Felipe Eduardo Lopes Gaudêncio de Queiroz

GERENTE DE FUNDOS
Valderez Vieira da Paz Mendes

GERENTE FINANCEIRO
Karolina Araújo Miranda

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, CIDADANIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMTCAS

Maria de deus fernandes de araújo
Luís almeida villar neto
Karla vianna azevedo de oliveira
Maria guadalupe de araújo veloso lima freitas
Silvana carvalho bacelar sousa

SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE – SEMJUV

Caroline gomes de carvalho
Cláudio santos ferreira

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

Jardel santos cruz
alana niege meneses damasceno

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA MONSENHOR CHAVES - FMC

Luis gustavo sousa de carvalho
Raimundo nonato monte de sousa

FUNDAÇÃO WALL FERRAZ - FWF

Maria gomes de moura
Ana rosa rebelo ferreira de carvalho

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER – SEMEL

Maycon jardel de oliveira monteiro
Antonio reis de sousa

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO – SEMPLAN

Viviane bandeira de andrade
Melcíades borges da silva júnior

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE TERESINA – SEMEST

Lorena veras de sandes freitas
Cláudio roberto silva morais

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES – CPM

Lidiane batista de oliveira
Carla cristina sousa porto

ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS – ARTGAY

Vitor sampaio kozlowski ferreira

REDE NACIONAL DE PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS – RNP+

Raimundo nonato carvalho poty

GRUPO PIAUIENSE DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS – GPTRANS

Maria laura dos reis

**SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
POPULAÇÃO LGBT**

Gildânia maria de moura leal lima

**AUXILIAR ADMINISTRATIVO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
POPULAÇÃO LGBT**

Lindinalva oliveira silva melo

SUMÁRIO

1.APRESENTAÇÃO.....	06
2.INTRODUÇÃO.....	07
3.OBJETIVOS.....	09
4.PRINCÍPIOS.....	09
5.DIRETRIZES.....	10
6.EIXO ESTRATÉGICOS.....	11
6.1. EIXO ESTRATÉGICO I – JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANO..	12
6.2.EIXO ESTRATÉGICO II – EDUCAÇÃO E CULTURA.....	18
6.3.EIXO ESTRATÉGICO III –SAÚDE.....	21
6.4.EIXO ESTRATÉGICO IV – TURISMO, ESPORTE, LAZER E COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	24
6.5.EIXO ESTRATÉGICO V – ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA...	26
7.MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	34
8.GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	35

1. APRESENTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Teresina, através da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social – SEMTCAS, em articulação com o Conselho Municipal dos Direitos da População LGBT apresenta à sociedade teresinense, aos gestores públicos e aos segmentos organizados da população LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, o Plano Municipal da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e Enfrentamento da Discriminação.

Este Plano fundamenta-se nas orientações e diretrizes contidas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBT e nas deliberações das III Conferência Municipal LGBT de Teresina, realizadas em Agosto de 2015, e reflete o esforço conjunto do poder público e da sociedade civil organizada, na busca de políticas públicas que venham a atender às necessidades e direitos da população LGBT.

Em todo o país, a comunidade LGBT e demais envolvidos(as) estão enfrentando a violência e a discriminação. Teresina tem como especificidade dentre as adversidades das configurações de violência, a capital mais homofóbica do Brasil, portanto, o Plano Municipal, estabelecendo, afirmando e garantindo os direitos da população LGBT, demonstra o compromisso do Poder Público em firmar, como eixo fundamental, a consolidação plena da democracia e o enfrentamento as violências frente a população LGBT.

Este Plano representa, portanto, o comprometimento e empenho da sociedade civil organizada e dos órgãos governamentais na efetivação de políticas públicas específicas, em grande parte negadas à população LGBT em função do contexto social excludente que o preconceito em relação à diversidade sexual e de gênero imprime à prática social brasileira.

2. INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 1980, vimos assistindo, no Brasil, um fortalecimento da luta pelos direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais travestis e transexuais. A força do ativismo vem se expressando em diferentes momentos e eventos comemorativos, como é o caso do Dia Internacional do Orgulho LGBT, com destaque para a realização das Paradas do Orgulho LGBT, que mobilizam milhões de pessoas em todo o país.

Inseridos na busca por direitos, a população LGBT vem exigindo o reconhecimento e atendimento a partir das especificidades que cabem a esse público dentro da política social. Com diversas conferências ocorrendo pelo Brasil, o movimento LGBT reforçava a necessidade de um espaço que discutisse e propusesse, de forma coordenada e com a garantia de participação popular, as políticas que norteariam as ações dos Poderes Públicos.

Atuando em diferentes áreas como saúde, educação e justiça, o público LGBT têm enfrentado a histórica situação de discriminação e marginalização a que foram submetidos na sociedade, mas também, luta pelo reconhecimento de seus legítimos direitos civis, sociais e políticos, sua atuação têm sido notável no engajamento para o enfrentamento de graves problemas de interesse público, sendo casos exemplares a mobilização de integrantes desse segmento em torno da luta contra o HIV/AIDS e o combate à violência urbana. Com isso, Teresina já vem intensificando suas ações frente a saúde pública, bem como o programa “Amar sem preconceito” que visa contar com diversas ações educativas e de promoção à saúde quando o assunto é AIDS e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs).

Na busca de assegurar os direitos de cidadania foi realizada em 2008 a 1ª conferência nacional LGBT que teve como um dos seus objetivos “[...] propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” (BRASIL, 2008, p.03). Como resultado dessa primeira conferência deu-se a construção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNC-DH-LGBT) que tinha como objetivo concretizar políticas públicas que respondessem as necessidades, potencialidades e direitos dessa população, e, além disso, fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia (SOARES, 2008; BRASIL, 2008). O objetivo principal do PNC-DH-LGBT é “[...] orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersectorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (BRASIL, 2009, p.10).

Em 2011, ocorre então a 2ª conferência nacional que tinha como objetivo não apenas avaliar a efetividade das ações previstas no Plano Nacional de Políticas Públicas para a População LGBT, resultado da 1ª Conferência, como também, a partir dos avanços alcançados, traçar novas metas, propostas e diretrizes para as políticas LGBT no âmbito do Governo Federal (BRASIL, 2011). As diretrizes que apresentavam demandas para o tripé da seguridade social tinham como nome: Saúde; Trabalho, geração de renda e previdência social; e desenvolvimento social e combate a miséria.

Dentre as conquistas legais/Institucionais que os movimentos sociais ligados ao público LGBT's conseguiram através da luta por direitos, destacam – se, a nível da política de saúde: A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, publicada por meio da Portaria MS nº 2.836, de 01 de dezembro de 2011. Esta política considerava a orientação sexual e a identidade de gênero como determinantes sociais e culturais da saúde e destaca a importância de se levar em conta as desfavoráveis condições de saúde de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) agravadas pelo preconceito e discriminação existentes ainda na sociedade (BRASIL, 2011); A construção do plano integrado de enfrentamento da feminização da Epidemia de AIDS e outras IST, com ações para mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais; e do Plano nacional de enfrentamento da epidemia de AIDS e das IST entre gays, homens que fazem sexo com homens (HSH) e travestis; Criação do comitê técnico de saúde da população LGBT (portaria nº 2.222, do gabinete do ministro, de 14 de outubro de 2004) no ministério da Saúde; A realização do seminário nacional de

saúde da população LGBT na construção do SUS, em agosto de 2007, dentre outras conquistas.

Na esfera previdenciária destacam – se como avanços para as pautas LGBT: A capacitação para a humanização do atendimento do INSS, que buscou aperfeiçoar o tratamento e inclusão social da população LGBT, através principalmente do Programa de Educação Continuada do INSS e MPS; A parceria que o INSS tem feito com ONGs que atuam na defesa dos direitos e na promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT; A consolidação por meio da publicação da Portaria nº 513, de 09/12/10, pelo Ministro da Previdência Social para: “Art. 1º Estabelecer que, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, os dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que tratam de dependentes para fins previdenciários devem ser interpretados de forma a abranger a união estável entre pessoas do mesmo sexo”. Esta foi sem dúvida umas das grandes conquistas direcionadas a esse público. De acordo com o Informativo Eletrônico do Ministério da Previdência Social em novembro de 2012 registrou-se 1.822 pensões ativas para dependentes do mesmo sexo. Onde majoritariamente a maior parte dos beneficiários é homossexual do sexo masculino (1.224), e 598 do sexo feminino (BRASIL, 2012).

Na defesa dos direitos humanos, destacam – se o lançamento do Programa “Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual”(2004), pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). Seu objetivo é promover a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos da população.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), a partir de um julgado que se transformou em importante marco na luta pelos Direitos Humanos e Cidadania de LGBT, garantiu o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo como unidade familiar, ampliando a interpretação da Constituição que, até então, restringia este status apenas ao casal heterossexual. Na esteira do entendimento do STF e congruente com a lógica por ele defendida, o Conselho Nacional de Justiça avança ainda mais na garantia dos direitos do segmento de LGBT ao publicar a Resolução 175, de 14 de maio de 2013, a qual obriga cartórios de todo o País a habilitar, celebrar casamento civil ou converter união estável de pessoas do mesmo sexo em casamento, reduzindo significativamente o rol de direitos negados a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis no país.

No entanto, ao destacar as conquistas dos últimos anos, na defesa dos direitos do segmento de LGBT, deve-se reconhecer também que a crescente organização e visibilidade conquistadas por esse segmento têm permitido avaliar com mais clareza a grave extensão da violação de seus direitos e garantias fundamentais.

Dentre os problemas que persistem ainda está o da violência contra homossexuais, e especialmente contra travestis e transexuais, sem dúvida uma das faces mais trágicas da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no Brasil. Tal violação tem sido denunciada com veemência pelo movimento LGBT, por pesquisadores de diferentes universidades brasileiras e pelas organizações da sociedade civil. Entre janeiro de 2008 e março de 2014 foram registradas 604 mortes no país, segundo pesquisa da organização não governamental Transgender Europe (TGEU), rede europeia de organizações que apóiam os direitos da população transgênero.

Nos últimos anos centenas de gays, travestis, transexuais e lésbicas foram assassinados no país, muitos deles pelo simples fato de ousarem manifestar publicamente sua orientação sexual e afetiva e identidade de gênero. A situação de violação de direitos e violência que atinge a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no nosso país é preocupante. Há no Brasil um mito da não violência, isto é, a imagem de um povo generoso, alegre, sensual e solidário que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo e a homo, lesbo e transfobia. O mito da “não violência” brasileira esconde o preconceito

e a discriminação ao segmento LGBT.

No Estado do Piauí foram instituídos alguns equipamentos em defesa dos direitos do segmento LGBT destacam – se: A Delegacia de Direitos Humanos, O Centro de Referência para Promoção da Cidadania LGBT “Raimundo Pereira”, a Coordenação de Enfrentamento a Homofobia, vinculada à Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC e o Plano Estadual de Cidadania e Direitos Humanos LGBT do Piauí, aprovado pelo Decreto Estadual nº 15.129 de 21 de Março de 2013(D.O.E nº 54/2013).

Em Teresina, temos algumas conquistas legais/institucionais, destacam – se: A Lei Municipal Nº 3274, de 02 de março de 2004, que institui o Disk Cidadania Homossexual, telefone que atende denúncias sobre violação de direitos, presta orientações a cerca de direitos e encaminha as situações para a rede de proteção e defesa de direitos; Lei Municipal Nº 3401/05, que prevê a ampliação dos direitos previdenciários a casais homoafetivos que vivem em união estável, junto ao Instituto de Previdência do Município – IPMT, antes só garantido aos casais heterossexuais; Lei Complementar Nº 3969, de 12 de março de 2010, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT e dá outras providências; Lei Municipal Nº 4158, de 08 de setembro de 2011, que inclui a Parada da Diversidade no calendário de eventos de Teresina; Lei Nº 4162, de 08 de setembro de 2011, que institui o Dia Municipal de Combate à Homofobia, ainda, decretado o dia da Visibilidade Trans , comemorado a cada dia 29 de janeiro e o Decreto Municipal nº 11.258/2011 – nome social da travesti, onde , é dever da administração pública direta e indireta respeitar o nome social da travesti ou transexual. Esse nome deve ser utilizado sempre para se referir a essas pessoas, evitando, assim, no trato social, a utilização do seu nome civil. (Diário Oficial do Município nº 1.397/2011).

Buscando ampliar a cidadania e o avanço dos direitos a Prefeitura Municipal de Teresina em articulação com Conselho Municipal dos Direitos LGBT elaborou o presente plano que estabelece as diretrizes de formulação e implementação de propostas que orientem a política municipal no campo dos direitos da comunidade homossexual, em toda a sua diversidade.

3. OBJETIVOS:

3.1 GERAL: Garantir a execução de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades e discriminações destinadas à população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas.

3.2 ESPECÍFICOS:

- Promover os direitos fundamentais da população LGBT Teresinense, de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, dispostos no art. 5º da Constituição Federal;
- Implementar ações governamentais, promovendo as articulações entre órgãos municipais, e entre estes, e entidade beneficentes e/ou de assistência social, assim como as entidades da sociedade civil que tratem da temática diretamente necessárias à implementação da política municipal em questão;
- Prevenir e educar para o enfrentamento do preconceito, discriminação e violência motivados por orientação sexual e/ou identidade de gênero;
- Promover os direitos sociais da população LGBT teresinense, especialmente das pessoas em situação de risco social e exposição à violência;
- Promover a cooperação da sociedade, da família e do município na promoção da autonomia, participação e integração da pessoa LGBT à sociedade;
- Estimular a participação da sociedade por meio de suas organizações representativas.

4. PRINCÍPIOS

O Plano Municipal da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e Enfrentamento da Discriminação orienta-se pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, da equidade, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social, da transparência dos atos públicos e da participação e controle social, assim destacados:

- Dignidade da pessoa humana (inciso III do art. 1º da Constituição Federal);

- Igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e garantia da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (art. 5º da Constituição Federal);
- Respeito à diversidade de orientação sexual e promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". (inciso IV do art. 3º da Constituição Federal);
- Direito à Cidadania (inciso II do art. 1º da Constituição Federal);
- Direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados (art. 6º da Constituição Federal);
- 4.6. Liberdade de manifestação do pensamento (inciso IV do art. 5º da Constituição Federal);
- Laicidade do Estado: a pluralidade religiosa ou a opção por não ter uma religião é um direito que remete à autonomia e a liberdade de expressão, garantidos constitucionalmente;
- Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (inciso X do art. 5º da Constituição Federal). A universalidade dos direitos humanos deve estar acima de qualquer quadro de discriminação e das variadas formas de violência praticadas socialmente. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

5. DIRETRIZES

O Plano Municipal da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e Enfrentamento da Discriminação é fruto do compromisso do Governo Municipal com a implementação de políticas públicas que contemplem ações de combate à homofobia e de promoção da cidadania e dos direitos humanos. Toma como referência as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional e Incorpora os resultados da III Conferência Municipal LGBT e estabelece as diretrizes e medidas necessárias à transformação do Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Plano de Ação da Gestão Pública.

A mudança no paradigma da garantia de direitos à população LGBT, sobretudo na efetivação da sua cidadania, apresentada na forma operacional deste Plano, fundamenta-se nas seguintes diretrizes:

- Adoção de abordagem pluralista que reconheça e garanta a universalidade e indivisibilidade, interdependência e de todos os aspectos da pessoa humana, incluindo a orientação sexual e identidade de gênero, pessoas com deficiência, raça e etnia nos espaços de pactuação com os demais setores de governo e da sociedade civil;
- Combate à discriminação por orientação sexual, identidade de gênero e raça no serviço público;
- Diferenciação dos conceitos de homofobia, lesbofobia e transfobia;
- Promoção da denúncia de toda e qualquer atitude de discriminação à população LGBT;
- Combate à violência doméstica e familiar contra gays, lésbicas, mulheres bissexuais, travestis e transexuais;
- Combate à homofobia institucional;
- Prevenção e enfrentamento da vulnerabilidade social de crianças e jovens em razão da orientação sexual e identidade de gênero;
- Ampliação dos conceitos de família, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBT e assegurar a inclusão do recorte de orientação sexual e identidade de gênero, observando a questão étnico-racial, nos programas sociais do Governo Federal;
- Combate à intolerância religiosa em relação à diversidade de orientação sexual e identidade de gênero;
- Promoção da inclusão social da(o) cidadã(o) LGBT com prioridade aos grupos em situação de risco social;
- Adoção de estratégias diferenciadas para grupos em situação de risco social e para grupos com histórico de estigma social: recorte étnico-racial da política LGBT;
- Garantia de acessibilidade do cidadão LGBT a todos os ambientes, inclusive os que

prestam serviços públicos e privados;

- Inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, sob abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero;
- Inserção do tema direitos humanos, com ênfase nos direitos e na cidadania de LGBT, nos concursos públicos do poder público municipal;
- Garantia, a estudantes LGBT, do acesso e da permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero;
- Legalização do direito de adoção dos casais que vivem em parceria homoafetiva;
- Reconhecimento do companheiro ou companheira do mesmo sexo de servidores municipais como dependentes, com direitos iguais aos dos servidores heterossexuais;
- Proteção da universalidade, integralidade e acessibilidade na atenção básica à pessoa idosa LGBT;
- Adoção de medidas que promovam o acesso à Teresina como um destino acolhedor para turistas LGBT e difusão de informações que promovam o respeito à diversidade cultural, orientação sexual e identidade de gênero;
- Intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação das políticas públicas: o combate à homofobia requer ações integradas entre as áreas da educação, saúde e segurança, dentre outras;
- Integração das ações nas dimensões política, legislativa, administrativa, organizacional e social;
- Atuação sistêmica: articulação e integração das ações em todas as esferas de governo, nos três Poderes e entre Poder Público, setor privado e sociedade civil organizada;
- Institucionalização da política e do plano de proteção e defesa dos direitos humanos de cidadãos e cidadãs LGBT;
- Efetivação do Estado Laico como pressuposto para a implementação do SUS, garantindo os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, bem como o atendimento de qualidade e não discriminatório por orientação sexual e identidade de gênero, raça e etnia.
- Cumprimento das orientações do Repertório de Recomendações Práticas da OIT sobre HIV/Aids e não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no mundo do trabalho;
- Qualificação da atenção no que concerne aos direitos sexuais e direitos reprodutivos em todas as fases de vida para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, nos âmbito do SUS;
- Extensão do direito à saúde suplementar ao cônjuge dependente nos casais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

6. EIXOS ESTRATÉGICOS

A relevância do Plano Municipal da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e Enfrentamento da Discriminação afirma que a defesa deste direito dependerá do desenvolvimento de ações intersetoriais amplas e coordenadas, que envolvam todas as políticas públicas e os diversos níveis de proteção social com vistas a promover uma mudança não apenas nas condições de vida, mas também nas relações sociais de Teresina e para o reconhecimento das pessoas LGBT como cidadã (o)s e sujeitos de direitos.

Nessa perspectiva, o Plano foi elaborado partindo dos seguintes eixos estratégicos:

- Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;
- Educação e Cultura;
- Saúde;
- Turismo, Esporte, Lazer e Comunicação Social;
- Assistência Social, Trabalho e Renda.

Eixo 1: Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

	AÇÕES	RESULTADO/ PRODUTO	INDICADORES/ RESULTADO	ORGAO RESPONSÁVEL	PRAZO	ORÇAMENTO
Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Construção e operacionalização do acordo de cooperação técnica entre serviços Federais, Estaduais e Municipais de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e dos Programas de Direitos Humanos.	Capacitação de Profissionais e ampliação dos serviços.	Attingir 100% das equipes multiprofissionais e dos serviços referente a Proteção Social e os direitos humanos.	Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social- SEMTCAS	2017/2020 Ação Permanente	Sem Ônus
	Implantar e Implementar na administração pública municipal, programas de formação continuada em direitos humanos com recorte de orientação sexual e identidade de gênero.	Programas de formação continuada em direitos humanos com recorte de orientação sexual e identidade de gênero implantados e implementados.	Attingir 100% dos profissionais da administração pública municipal na perspectiva do respeito e reconhecimento da população LGBT.	Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social- SEMTCAS/CMPM/Gabinete do Prefeito	2017/2020	A definir após estudos de custos

	Criação de uma Secretaria Municipal de Direitos Humanos que contemple a população LGBT;					
	Pactuar, realizar e sistematizar pesquisas, informações e estatísticas, com recorte de população LGBT e especificidades quanto aos tipos de crimes de homofobia, transfobia, lesbofobia e bifobia praticados, em âmbito municipal;	Pesquisas e informação e estatísticas com recorte de população LGBT e especificidades quanto aos tipos de crimes de homofobia, lesbofobia e bifobia pactuados, relatados e sistematizados.	Mapeamento e identificação de crimes de homofobia, transfobia, lesbofobia e bifobia.	Gabinete do Prefeito/SEMTCAS/SEMEC e CMPM	2017/2020	A definir após estudos de custos
	Criar mecanismos de prevenção e coibição a população LGBT vítima de tráfico de seres humanos;	População LGBT vítima de tráfico de seres humanos, coibidos e prevenidos	Criação de mecanismos de prevenção para a População LGBT vítima de tráfico de seres humanos	Gabinete do Prefeito/SEMTCAS/CMPM	2017/2020	Sem Ônus

Fortalecer, aprimorar e ampliar os serviços de atendimento Disque Cidadania, contemplando os aspectos: Criação e capacitação da equipe técnica interdisciplinar; Plantão 24 horas, diariamente; Divulgação do Disque Cidadania; Melhoria da Infra-Estrutura física	Disque Cidadania Fortalecida e aprimorada	Atender o público LGBT dentro de suas especificidades de demandas para a viabilização e promoção dos direitos.	SEMTCAS	2017/2020	A definir após estudos de custos
Apoiar o reconhecimento de organizações que promovam e protejam os direitos humanos de LGBT em nível municipal.	Organizações que promovam e protejam os direitos humanos LGBT apoiados e reconhecidos.	Fortalecer os direitos da população LGBT.	SEMTCAS/CRDH/CMLGBT	2017/2020	Sem Ônus
Assegurar que temática LGBT seja implementada em todos os cursos de direitos humanos voltados à formação de seus operadores, garantindo a participação de representantes da população LGBT.	Cursos de direitos humanos voltados a formação de seus operadores assegurados e implementados	Enfrentamento da violência e da exclusão da população LGBT.	SEMTCAS/CRDH/CMLGBT	2017/2020	Sem Ônus

	Fomento a criação da lei do dia da visibilidade trans (29 de Janeiro)	Lei da visibilidade trans criada e fomentada	Reconhecimento da população LGBT	Gabinete do Prefeito/SEMTCAS/CRDH/CMLGBT	2017/2020	Sem Ônus
	Realizar capacitação de direitos humanos LGBT para todas as ouvidorias da Prefeitura Municipal de Teresina	Capacitação de direitos humanos para as ouvidorias da Prefeitura Municipal de Teresina realizadas	Incluir a população LGBT e atender as suas demandas.	Gabinete do Prefeito	2017/2020	A definir após estudos de custos
	Ampliar a discussão sobre a temática LGBT, nas formações da guarda municipal.	Discussão sobre a temática LGBT na formações da guarda municipal realizadas e ampliadas	Garantir a cidadania LGBT através da segurança pública.	Gabinete do Prefeito	2017/2020 Ação Permanente	Sem Ônus
	Massificar, por meio da difusão em todos os espaços e equipamentos públicos a campanha educativa contra a homofobia, lesbofobia e transfobia.	Campanha educativa contra a homofobia, lesbofobia e transfobia realizadas e massificadas.	Enfrentamento da homofobia, lesbofobia e transfobia para a proteção da população LGBT.	SEMTCAS/CRDH/CMLGBT	2017/2020 Ação Permanente	Sem Ônus

Realizar capacitação permanente dos conselheiros Tutelares e toda rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes para uma atuação não homofóbica, lesbofóbica e transfóbica e para reconhecimento dos direitos sexuais.	Capacitação de conselheiros tutelares em toda a rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes realizadas e implementadas.	Proteção Social de Crianças e Adolescentes LGBT.	SEMTCAS/CRDH/CMLGBT	2017/2020 Ação Permanente	Sem Ônus
Difundir o Dia Nacional de Visibilidade Lésbica em todo o território municipal.	Dia Nacional de visibilidade Lésbica em todo território municipal criado e difundido.	Reconhecimento da visibilidade de Lesbica e todo o território municipal.	CMPM/CRDH	2017/2020	Sem Ônus
Estimular a implementação de grupos no âmbito do município para a articulação, monitoramento e avaliação de ações de enfrentamento a LGBTfobia em programas estratégicos.	Grupos no âmbito do município para articulação, monitoramento e avaliação de ações de enfrentamento a homofobia estimulados e implementados.	Fortalecer as ações de enfrentamento a LGBTfobia em programa estratégicos.	CMPM/CRDH/CMLGBT	2017/2020 Ação Permanente	Sem Ônus

Apoiar a realização de encontros, seminário e espaço para debates e discussão programático do enfrentamento a LGBTfobia e promoção da igualdade de gênero, orientação sexual e identidade de gênero.	Encontros, seminários e espaço de debates e discussão realizados e apoiados.	Reconhecimento da população LGBT e enfrentamento do preconceito e exclusão.	CMPM/CRDH/SEMTCAS/CMLGBT	2017/2020 Ação Permanente	A definir após estudos de custos
Realizar ações que visem aprofundar a reflexão sobre a forma de atuação pública das mulheres, lésbicas, bissexuais e transexuais em Teresina.	Ações que visem aprofundar a reflexão sobre a forma de atuação pública das mulheres, lésbicas, bissexuais e transexuais em Teresina realizadas e implementadas.	Reconhecimento da população LGBT de Teresina	CMPM/CRDH/CMLGBT	2017/2020 Ação Permanente	A definir após estudos de custos
Apoiar a promoção da cidadania de lésbicas, bissexuais e transmulher.	Cidadania de lésbicas, bissexuais e transmulher apoiada e implementada.	Promção da Cidadania e do reconhecimento de lésbicas, bissexuais e transmulher.	CMPM/CMDM/SEMTCAS/CONSELHO LGBT	2017/2020 Ação Permanente	Sem Ônus

Dados/Fonte: Agenda 2030/Deliberações da Conferência Municipal LGBT 2015/Agenda de Trabalho SEMTCAS 2014 e Pesquisas

Eixo 2: Educação e Cultura

	AÇÕES	RESULTADO/ PRODUTO	INDICADORES/ RESULTADO	ORGAO RESPONSÁVEL	PRAZO	ORÇAMENTO
Educação e cultura	Garantir a existência dos recortes populacionais e temáticos LGBT nos programas de educação e cultura.	População LGBT inclusa nas atividades de educação e cultura	Inclusão a População LGBT nos programas de Educação e Cultura.	FMC/SEMEC	2017/2020	Sem Ônus
	Incluir nos projetos pedagógicos a temática sobre a diversidade sexual e enfrentamento a discriminação nas escolas da rede publica de Teresina;	População LGBT respeitada no campo da escolas publicas municipais.	Sensibilização de estudantes e profissionais sobre o respeito a população LGBT	SEMEC	2017/2020	Sem Ônus
	Efetivar os mecanismos legais de defesa dos direitos LGBT, garantindo o acesso e permanência desse público nas escolas municipais;	População LGBT inclusa nas escolas publicas municipais.	Inclusão da População LGBT inserida na educação municipal.	SEMEC	2017/2020	Sem Ônus
	Elaborar e distribuir cartilhas e outros materiais didáticos de promoção de direitos LGBT e enfrentamento da discriminação em ambiente escolar para a formação de educadores/as e discentes;	Confecção e distribuição de material	Educadores e discentes sensibilizados	SEMEC	2017/2020	A definir após estudo de custos

	Realizar campanhas municipais de promoção dos direitos e cidadania LGBT e enfrentamento da discriminação nas escolas	Campanhas realizadas através de ações estratégicas	Sensibilização da população quanto aos direitos da população LGBT	SEMEC/SEMTCAS	2017/2020	A definir após estudo de custos
	Executar e apoiar eventos culturais voltados à população LGBT;	Incluir a população LGBT em eventos culturais.	População LGBT incluída em eventos culturais.	FMC	2017/2020	A definir após estudo de custos
	Apoiar manifestações de Iniciativas e de interesse do Público LGBT.	Manifestações do público LGBT apoiadas	Apoio das manifestações da população LGBT	FMC	2017/2020	A definir após estudo de custos
	Promover o incentivo à criação e circulação da produção artística nas áreas de: Artes Cênicas (Circo/Dança/Teatro), artes visuais. Literatura e Música com a temática LGBT.	Surgimento de novos talentos em todas as áreas artísticas; Dinamização da produção artística local; Ampliação das oportunidades de lazer cultural.	Inclusão e incentivo da população LGBT em produção artística	FMC	2017/2020	A definir após estudo de custos

Realizar mostra de cinema e vídeo com a Temática LGBT.	Ampliação das oportunidades de Lazer e cultura; Incremento do mercado de cinema e vídeo das locadoras de Teresina especializada em temas específicos; Utilização dos espaços culturais da FCMC	Numero de cinemas/Filmes e Vídeos adquiridos e exibidos e número de expectadores participantes em cada sessão e na totalização.	FMC	2017/2020	A definir após estudo de custos
Promover o incentivo a produção de cinema em curta metragem com a temática LGBT.	Surqimento de novos talentos na áreas de audiovisual	Número de trabalhos produzidos (Cinema e Vídeo)	FMC	2017/2020	A definir após estudo de custos
Potencializar núcleos de estudos acadêmicos, sobre gênero, sexualidade e educação para a produção e difusão de conhecimentos que contribuam para a superação da violência do preconceito e da discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero, raça e etnia.	Núcleos acadêmicos potencializados	Produzir materiais didáticos e paradidáticos para a formação dos profissionais da educação visando a promoção do reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero. Materiais didáticos produzidos.	SEMEC	2017/2020	A definir após estudo de custos

Dados/Fonte: Agenda 2030/Deliberações da Conferência Municipal LGBT 2015/Agenda de Trabalho SEMTCAS 2014 e Pesquisas

Eixo 3: Saúde

S a ú d e	AÇÕES	RESULTADO/ PRODUTO	INDICADORES/ RESULTADO	ORGÃO RESPONSÁV L	PRAZO	ORÇAMENT O
	Sensibilizar e formar gestores (as) profissionais de saúde, promovendo a humanização nos diferentes níveis de atendimento, através de parcerias governamentais e sociedade civil com relação às questões de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, composição familiar, direitos sexuais e reprodutivos, direitos humanos, situações de vulnerabilidade.	Gestores (as) profissionais de saúde sensibilizados e formados frente as questões de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, composição familiar, direitos sexuais reprodutivos, direito s humanos e situações de vulnerabilidade.	Adoção e implementação das políticas de saúde LGBT conforme a política nacional de saúde integral para a população LGBT	FMS/ONGS	2017/2020	Programa Anual de Saúde
	Reproduzir, elaborar e veicular campanhas midiáticas de forma permanente em diversos formatos incluindo todos os segmentos e faixas etárias da comunidade LGBT sobre seus direitos sexuais, reprodutivos e de prevenções às DST/HIV/AIDS com vistas a eliminação do preconceito, estigma, discriminação e violência.	Educação e comunicação voltada para a população LGBT e profissional de saúde	Reprodução e distribuição de folders, cartazes e cartilhas	FMS	2017/2020 Ação Permanent e	Incentivo do Programa Nacional de DST, HIV, AIDS e Hepatites Virais.

Implementar e aperfeiçoar as ações de enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS e outras DST, de acordo com as especificidades da comunidade LGBT, incentivando a testagem precoce e garantindo o acesso permanente a preservativo masculino e feminino e gel lubrificante.	Descentralização da testagem rápida para as UBS	Realização de oficinas para executores dos testes rápidos por regional de saúde; Incluir no atendimento individual da Atenção Básica a população LGBT a realização de testagem rápida para HIV, Sífilis, Hepatite B e C. Fortalecer a continuidade do "Projeto Amar sem preconceito."	FMS	2017/2020 Ação Permanent e	Sem Ônus
Incluir em todos os formulários de atendimento dos usuários da rede de saúde municipal os campos orientação sexual, identidade de gênero e nome social, conforme já está contemplando no PEC.	Participação da População LGBT nos eventos de prevenção e promoção da saúde realizada pela FMS	Divulgação no site da PMT de todos os eventos de saúde promovidos pela FMS (Gerência de Epidemiologia/Coordenação de DST, AIDS e HIV), Teresina-Piauí.	FMS	2017/2020 Ação Permanent e	Sem Ônus
Garantir ao apoio técnico e institucional aos movimentos sociais LGBT/Comunidades Tradicionais e de Terreiros para fortalecimento da divulgação do direito a saúde e em defesa do SUS.	Comunidades Tradicionais e Movimentos sociais apoiados tecnicamente no fortalecimento da divulgação do direito da saúde e em defesa do SUS	Reconhecimento das comunidades tradicionais e movimentos sociais e promoção da cidadania.	FMS/SMS	2017/2020 Ação permanent e	Sem ônus

Assegurar o atendimento humanizado ao SUS junto à população LGBT/Comunidades Tradicionais e de Terreiros com enfrentamento das discriminações;	Humanização da atenção à saúde LGBT e Comunidades Tradicionais frente ao processo de inclusão no âmbito do SUS.	Promover a Cidadania	FMS/SMS	2017/2020 Ação permanent e	Sem Ônus
Fomentar a realização de pesquisas e produção de conhecimento em saúde da população LGBT/Neira? Comunidades Tradicionais e de Terreiros;	Estudos realizados e indicadores identificados	Pesquisas realizadas e promoção de conhecimento reconhecimento da população LGBT e Comunidades Tradicionais.	FMS/SMS	2017/2020 Ação Permanent e	Sem Ônus
Qualificar os/as profissionais dos Centros de Apoio Psicossocial-CAPS, mediante formação especializada, com adequação das estruturas das políticas de saúde mental, a fim de prevenir e enfrentar os agravos decorrentes da homofobia, lesbofobia e transfobia.	Profissionais dos CAPS qualificados para uma atenção a população LGBT	Profissionais sensibilizados e capacitados para demandas relacionadas a população LGBT	FMS	2017/2020 Ação Permanent e	Sem Ônus
Implantar e efetivar a Política Municipal de Saúde Integral da População LGBT/Neira/Comunidades Tradicionais e de Terreiros;	Política Municipal de Saúde Integral a população LGBT/Neiros (as)/Comunidades Tradicionais e Terreiros implantada e efetivada	Promocão da Cidadania e reconhecimento social	FMS/SMS	2017/2020	Sem Ônus

Dados/Fonte: Agenda 2030/Deliberações da Conferência Municipal LGBT 2015/Agenda de Trabalho SEMTCAS 2014 e Pesquisa

Eixo 4: Turismo, Esporte, Lazer e Comunicação Social

Turismo, esporte, lazer e comunicação social	AÇÕES	RESULTADO / PRODUTO	INDICADOR/ RESULTADO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PRAZO	ORÇAMENTO
	Realizar campanha de promoção da igualdade de acesso, permanência e ascensão da população LGBTQ+ instituições públicas e privadas	Campanhas publicitárias, palestras educativas e material informativo	Campanhas, palestras e material didático realizadas e distribuído.	CMPM/SEMTCAS/FWF/	2017/2020	Execução após estudo financeiro
	Capacitar profissionais de hotelaria, gastronomia e outros serviços, através de treinamentos, com temas referentes ao enfrentamento à discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero;	Profissionais de hotelaria/gastronomia e outros serviços capacitados.	Profissionais sensibilizados através de palestras, oficinas e rodas de conversa	FWF/Gabinete do Prefeito/FMC/SEMEL	2017/2020 Ação permanente	Execução após estudo financeiro.
	Divulgar serviços turísticos de LGBTQ+ em Teresina.	Serviços turísticos de LGBTQ+ divulgados	Divulgação através de mídias locais e material informativo	SECOM/Gabinete do Prefeito/FMC/SEMEL	2017/2020 Ação Permanente	Execução após estudo financeiro
	Ampliar a divulgação de mecanismo legal de proteção de direitos de LGBTQ+ junto ao trade Turístico.	Mecanismos legais de proteção de direitos de LGBTQ+ junto ao trade turístico divulgados e implementados.	Divulgação através de mídias locais e material informativo	CCOM/Gabinete do Prefeito	2017/2020 Ação permanente	Execução após estudo financeiro

Queimada/Atletismo/Handebol/Badminton/Voleibol	Prática esportiva destinada ao público LGBT	Maior encaixamento no esporte teresinense e melhoramento da condição física para a população LGBT	SEMEL	2017/2020	Estudo financeiro das ações
Proporcionar a participação na formação de lideranças jovens dos públicos LGBT	Oficinas psicoeducativas para fortalecer a garantia e a participação do público LGBT no Conselho de Juventude.	Garantia de um assento no conselho de Juventude para um representante da população LGBT e voltada para os direitos humanos, políticas públicas e controle social.	SEMJUV/CMLGBT/COMJUV	2017/2020	Sem Ônus
Fortalecer a participação do público jovem LGBT no projeto PONTO DA GALERA.	Fortalecimento e reconhecimento da juventude LGBT	Realização de oficinas; mostra de oficina realizada; Acompanhamento das ideias selecionadas	SEMJUV/FMC	2017/2020	Sem Ônus

Sensibilizar e capacitar os gestores e profissionais dos CEUs.	Realização de palestras com aprofundando os conhecimentos sobre direitos humanos, políticas públicas. participação e controle social LGBT.	Adoção e implementação das políticas LGBT conforme a política nacional.	SEMJUV/ONGs/SEM PLAM/FMC	2017/2020	Sem Ônus
Fortalecer a participação do público Jovem no projeto SE LIGA	Publicização das ideias		SEMJUV/FMC	2017/2020	Sem Ônus
Enfrentar a abordagem discriminatória contra a população LGBT pelas mídias locais e empresas de comunicação;	Abordagem discriminatória contra a população LGBT enfrentada	Mídias locais e materiais informativos distribuídos	CCOM/Gabinete do prefeito	2017/2020	Estudo financeiro para executar a ação
Realizar ações culturais intersetoriais para a população LGBT em todas as regiões da grande Teresina através de editais promovendo festival cultural, mostra de espetáculos, musica ligada a juventude, dança e mostra de artes	Inclusão dos eventos da diversidade LGBT no planejamento anual da SEMJUV	Apresentações artísticas: realização de concurso de musica e mostra de artes	SEMJUV/FMC	2017/2020	Estudo financeiro para execução .

Dados/Fonte: Agenda 2030/Deliberações da Conferência Municipal LGBT 2015/Agenda de Trabalho SEMTCAS 2014 e Pesquisas.

Eixo 5: Assistência Social, Trabalho e Renda

	AÇÕES	RESULTADO/ PRODUTO	INDICADORES/ RESULTADO	ORGÃO RESPONSÁVEL	PRAZO	ORÇAMENTO

Assistência Social, Trabalho e Renda	Apoio a produção de conhecimento com o recorte de orientação sexual, identidade de gênero e a população LGBT em pesquisas, em nível Municipal;	Produção e reprodução de conhecimento científico.	Incentivos à produção de artigos, teses, TCC e outros...	SEMTCAS	2017/2020	Planejamento Estratégico
	Ampliação dos Centros de Referência dos Direitos Humanos -CRDH, com a devida estruturação de equipes multiprofissionais com forma de garantir e prestar assistência a população LGBT vítima de violação dos seus direitos.	Centros de ampliação e equipes estruturadas	Atender as necessidades da população LGBT em situação de violação de direitos.	SEMTCAS	2017/2020	Planejamento Estratégico
	Apoio à Implantação de políticas de enfrentamento à discriminação e o assédio moral e sexual nas relações de trabalho, da população LGBT em articulação com o Ministério Público do Trabalho;	Discriminação e o assédio moral e sexual nas relações de trabalho enfrentado	Garantir o direito da população trabalhadora LGBT a dignidade e Cidadania	SEMTCAS	2017/2020	Planejamento Estratégico

Orientação psicossocial ao segmento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, favorecendo o acesso às informações sobre direitos humanos e de cidadania;	Público LGBT informados	Fortalecer a população LGBT o direito a Cidadania.	SEMTCAS	2017/2020 Ação Permanente	Planejamento Estratégico
Apoio ao público LGBT atendido pela rede de assistência social do Município.	Público LGBT atendido	Viabilizar os direitos da população LGBT	SEMTCAS	2017/2020 Ação Permanente	Planejamento Estratégico
Enfrentamento a situações de discriminação e/ou violência física e/ou psicológica devido à orientação sexual e/ou identidade de gênero.	Discriminação e/ou violência física e/ou psicológica enfrentada	Viabilizar a Proteção Social para a População LGBT	SEMTCAS	2017/2020 Ação permanente	Planejamento Estratégico

Intervenção junto às famílias e instituições que praticaram ações de preconceito e discriminação direcionadas às pessoas do segmento de LGBT. em situações que couberem.	Enfrentamento à discriminação e preconceito do segmento de LGBT	Atinquir as famílias da população LGBT em que ocorra a prática de violência e/ou preconceito.	SEMTCAS	2017/2020 Ação Permanente	Planejamento Estratégico
Capacitação de gestores e técnicos da rede de Assistência Social.	Gestores e técnicos capacitados	Atinquir 100% dos gestores e técnicos da rede socioassistencial	SEMTCAS	2017/2020 Ação Permanente	Planejamento Estratégico
Monitoramento periódico junto as equipes capacitadas;	Equipes capacitadas	Tabular os resultados do processo de capacitação e monitoramento	SEMTCAS	2017/2020	Planejamento Estratégico
Elaboração e publicação de documentos relativos aos Direitos Humanos, Direitos Sexuais, Diversidade Sexual e as Especificidades do Segmento de LGBT	Documentos publicados	Produção e reprodução de material gráfico	SEMTCAS	2017/2020	Planejamento Estratégico

Realização de rodas de conversa sobre temas relacionados ao segmento de LGBT. e sobre a promoção dos direitos e cidadania.	Rodas de conversas realizadas	Sensibilização da sociedade sobre a cidadania LGBT	SEMTCAS	2017/2020	Planejamento Estratégico
Apoio a realização da Parada da Diversidade de Teresina, dentre outras;	Parada da Diversidade realizada	Attingir a sociedade sobre os direitos da população LGBT	SEMTCAS	2017/2020 Anualmente	Planejamento Estratégico
Estabelecimento de fluxo de atendimento e encaminhamento do público LGBT, em consonância com as diretrizes do Plano Municipal LGBT, em articulação com as demais políticas públicas;	Fluxo de atendimento e encaminhamento estabelecido	Attingir a população LGBT dentro das políticas intersetoriais	SEMTCAS	2017/2020 Ação Permanente	Planejamento Estratégico
Promção de reuniões junto a setores/gestores da Secretaria Municipal Assistência Social, tendo em vista encaminhamento e acompanhamento de casos;	Casos encaminhados e acompanhados	Attingir todas as equipes técnicas do SUAS	SEMTCAS	2017/2020 Ação Permanente	Planejamento Estratégico

Formação continuada para profissionais da política de assistência social sobre a temática de Direitos Humanos, com recorte a população LGBT.	Profissionais capacitados	Attingir 100% dos Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS	SEMTCAS	2017/2020	Planejamento Estratégico
Inclusão da população LGBT em eventos, programação, campanha e ações da política de assistência social.	População LGBT incluída	Attingir e atrair a população LGBT para a ações relacionadas	SEMTCAS	2017/2020 Ação Permanente	Planejamento Estratégico
Integração e intersectorialidade dos serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Sistema de Garantia de Direitos a favor da população LGBT.	Serviços articulados	Atender com qualidade as necessidades da população LGBT	SEMTCAS	2017/2020	Planejamento Estratégico
Diagnóstico da população LGBT dos serviços programas, projetos e benefícios sócio assistenciais.	Diagnóstico da população LGBT realizado	Atender e incluir as demandas específicas para a população LGBT	SEMTCAS	2017/2020 Ação Permanente	Planejamento Estratégico

Inserção, caráter temporário, de pessoas do segmento de LGBT nas ações e programas de inclusão produtiva do Município.	em	Segmento LGBT inserido	Incluir a População LGBT na geração de emprego e renda	SEMTCAS/FWF/SEMEST	2017/2020	Planejamento Estratégico
Capacitar, sensibilizar e formar instrutores e chefes de centros que promovam cidadania e garantir direitos humanos de LGBT, favorecendo a participação do público LGBT nos cursos de qualificações e formações profissionais continuadas.	e	Instrutores Capacitados	Attingir 100% dos instrutores do centros ligados a Fundação Wall Ferraz	FWF	2017/2020 Ação Permanente	Sem Ônus
Fortalecer a inserção profissional do público LGBT no mercado de trabalho, a partir de parcerias entre o balcão do trabalhador e empresas parceiras.	a	População LGBT no mercado de Trabalho	Attingir e Incluir a população LGBT no mercado de trabalho	FWF	2017/2020	Sem Ônus

	Promover o acesso e permanência do segmento LGBT nos cursos de qualificação e formação profissionais com respeito a sua identidade de gênero.	Qualificação e Profissional da População LGBT	Attingir e Incluir a População LGBT na profissionalização	FWF	2017/2020	Sem Ônus
	Realizar feira anual com produtos e serviços da população LGBT em Teresina	Geração de Emprego e Renda	Mostra dos resultados do trabalho da população LGBT	SEMEST/CMLGBT	2017/2020	Não Estimado
	Inclusão da População LGBT nas ações transversais da SEMEST, como feiras, consultorias e eventos. com espaço para comercialização e divulgação de ações e produtos.	Inclusão da População LGBT nas atividades das empreendedoras	Incluir a população LGBT no processo de empreendedorismo	SEMEST/CONSELHO LGBT/CMDM	2017/2020 Ação Permanente	Não Estimado
	Garantia do reconhecimento do nome social de travestis e transexuais. nos serviços públicos municipal.	Nome social reconhecido	Garantir o direito a Cidadania Social da população LGBT	SEMTCAS	2017/2020 Ação Permanente	Planejamento Estratégico

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do O Plano Municipal da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e Enfrentamento da Discriminação será feito por meio da articulação entre os diversos setores do governo, sob coordenação da Secretaria Municipal do Planejamento (SEMPPLAN), Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social (SEMTCAS), e o Conselho Municipal dos Direitos LGBT's.

As ações do Plano serão monitoradas por meio de acompanhamento contínuo, e avaliadas durante toda a sua implementação, sendo a SEMPLAN,SEMTCAS e o Conselho Municipal dos Direitos LGBT's as instâncias responsáveis para avaliar e monitorar o plano em tela, bem como, sistematizar as informações recebidas e subsidiar a elaboração dos relatórios de acompanhamento, monitoramento.

O relatório anual deverá ser divulgado pela SEMTCAS sendo encaminhados aos órgãos responsáveis pela execução das ações, para análise das recomendações, deliberações e tomada das providências cabíveis.

Desta forma, espera-se socializar democraticamente as informações sobre a gestão do Plano para embasar a tomada de decisão, mobilizar gestores de diferentes áreas em busca dos resultados pactuados, melhorar a integração e a comunicação entre os órgãos setoriais e contribuir para o controle interno.

8. GLOSSÁRIO DE SIGLAS

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Lésbica: é a identidade assumida pela pessoa do gênero feminino que possui atração afetiva (seja sexual, romântica ou emocional) por pessoa do gênero feminino.

Gay: é a identidade assumida pela pessoa do gênero masculino que possui atração afetiva (seja sexual, romântica ou emocional) por pessoa do gênero masculino.

Bissexual: consiste na atração afetiva (seja sexual, romântica ou emocional) por pessoas de ambos os gêneros (feminino e masculino), independentemente do gênero a que correspondem.

Travesti: é a identidade assumida pelo indivíduo nascido do sexo masculino que vive, se expressa e se reconhece diferente do gênero designado no nascimento.

Transexual: é o indivíduo que possui uma identidade de gênero diferente do gênero designado no nascimento e tem o desejo de viver e ser aceito como sendo do gênero oposto.

Transgênero: é um conceito abrangente que engloba grupos diversificados de pessoas que têm em comum a não identificação com comportamentos e/ou papéis esperados do sexo biológico, determinado no seu nascimento. Esses grupos não são homogêneos dado que a não identificação com o gênero de nascimento se dá em graus diferenciados e refletem realidades diferentes.

Homofobia: aversão, repugnância, medo, ódio, preconceito, prática discriminatória que algumas pessoas ou grupos nutrem contra a população LGBT. Atualmente, optou-se por relacionar o termo homofobia somente a gays; distinguindo, assim, a discriminação sofrida por lésbicas como lesbofobia e por transexuais, travestis e transgêneros como transfobia. **Homofobia institucional:** é a discriminação praticada pelo poder público. Se manifesta na omissão das autoridades em investigar crimes contra LGBT, na recusa e mau atendimento das vítimas nas delegacias, na impunidade dos assassinos, na omissão do legislativo em aprovar leis que equiparem e punam a homofobia como ao crime de racismo, no veto do poder executivo a ações afirmativas que promovam a cidadania LGBT.

Identidade de gênero: se refere ao gênero com que a pessoa se assume socialmente. Deve-se ter em mente que sexo e gênero são conceitos distintos; sendo que sexo diz respeito aos aspectos anatômicos, morfológicos e fisiológicos da espécie humana; enquanto gênero é relacionado ao papel social desempenhado no ambiente coletivo (roupas, corte de cabelo, etc.). Destaca-se que a identidade de gênero nem sempre corresponde ao sexo do nascimento: uma pessoa pode nascer com o sexo feminino e sentir-se um homem ou vice-versa, como acontece com travestis e pessoas transexuais.

Orientação Sexual: indica por quais gêneros a pessoa se sente atraída, seja física, romântica e/ou emocionalmente. Pode ser assexual (nenhuma atração sexual), bissexual (atração pelos gêneros masculino e feminino), heterossexual (atração pelo gênero oposto), homossexual (atração pelo mesmo gênero) ou pansexual (atração independente do gênero).

Laicidade: sistema que exclui qualquer religião do exercício do poder político ou administrativo. A laicidade permitiu instaurar a separação da sociedade civil e das religiões, não exercendo o Estado qualquer poder religioso e as igrejas qualquer poder político.

Nome social: é o nome pelo qual pessoas transexuais e travestis preferem ser chamadas cotidianamente, em contraste com o nome oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero.